



XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

APRIMORAMENTO DA GESTÃO ACADÊMICA: INTERVENÇÕES E ALTERNATIVAS PARA CONTROLE DA EVASÃO ESTUDANTIL

José da Silva Santos Junior

Universidade Federal da Grande Dourados
josejunior_ss@yahoo.com.br

Giselle Cristina Martins Real

Universidade Federal da Grande Dourados
gcreal@terra.com.br

Romualdo Luiz Portela de Oliveira

Universidade de São Paulo
romualdo@usp.br

Resumo: A partir do processo de expansão do acesso à educação superior visualizado a partir da década de 1990, o desafio tem sido garantir a permanência e o êxito estudantil. Os índices de evasão observados nas instituições de ensino superior vêm ocupando lugar na agenda da política nacional, levando os gestores a refletirem sobre a formulação e implementação de políticas que favoreçam a permanência dos estudantes para êxito em seus cursos. Tratando desta temática, o presente trabalho tem por objetivo subsidiar os gestores das instituições públicas, apresentando intervenções potencialmente capazes de minorar o problema da evasão. O estudo procura responder a seguinte questão: quais medidas são apontadas nas pesquisas da área educacional para minorar a problemática da evasão nas instituições de educação superior? Considera-se que os mecanismos e ações de gestão institucional passam a ser indicadores fundamentais no processo de controle da evasão da educação superior, que não se resolve apenas com políticas de caráter nacional, focadas em medidas assistenciais.

Palavras-chave: Educação superior; gestão educacional; evasão estudantil.

Introdução

A intensificação da expansão da educação superior desencadeada a partir dos anos de 1990 caracterizou a ressignificação de um ensino de elite para um ensino de massa e massificado (GOMES, MORAES, 2012). O movimento de expansão delineado alterou os percentuais de matrícula, que por sua vez viabilizou condições mais favoráveis para o processo de democratização deste nível de ensino, na medida em que possibilita acesso de estudantes com perfis socioeconômicos diferenciados na educação superior, sobretudo a partir de 2004, conforme constatado por Ristoff (2013).

Ao analisar os dados do Censo da Educação Superior, coletados anualmente e divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP), observa-se que houve um crescimento de aproximadamente 72,15% entre os anos de 1991 a 2000 no número de matrícula bruto em cursos de graduação presenciais no Brasil, número este que se eleva para 102,25% se considerada a década seguinte (2000 e 2010)¹.

Esses dados explicitam o rápido desenvolvimento do processo de implementação de políticas de expansão da educação superior, influenciado não só pelo crescimento da demanda interna (OLIVEIRA, 2007), mas também, pelo contexto e diretrizes supranacionais² e pelo processo de mundialização financeira ou globalização (TORRES, 2001; ROBERTSON, 2009; CHESNAIS, 1998; BALL, 2001; OLIVEIRA, 2009), dentre outros.

A partir desse processo, em que o acesso à educação superior se amplia, o desafio para a busca da democratização da educação passa a ser a garantia de permanência e de êxito estudantil. Nesse sentido, os índices de evasão observados em instituições de ensino superior ocupam lugar na agenda da política nacional, configurando-se como desafio aos gestores, que se voltam para a formulação e implementação de políticas que favoreçam a permanência dos estudantes com êxito em seus cursos. Problema este que afeta tanto as políticas de âmbito nacional como institucional.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo subsidiar os gestores das instituições públicas, apresentando intervenções potencialmente capazes de minorar o problema da evasão. O estudo procura responder a seguinte questão: quais medidas são apontadas nas pesquisas da área educacional para minorar a problemática da evasão nas instituições de educação superior?

A partir de pesquisa bibliográfica, optou-se por apresentar dados levantados pela pesquisa “Acompanhamento da trajetória escolar dos alunos da Universidade de São Paulo ingressantes de 1995 a 1998”, concluído em 2004.

Acredita-se que a partir dessa abordagem estará contribuindo com possíveis formas de aprimoramento da gestão acadêmica pública por meio da apresentação de intervenções e de alternativas para controle da evasão estudantil na esfera institucional.

O tratamento à evasão no contexto de expansão da educação superior e as medidas de âmbito nacional

Governos recentes adotaram programas de incentivo ao acesso à educação superior. O governo federal, através do Programa Universidade para todos (PROUNI) e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), tem subsidiado o acesso em cursos de nível superior, inclusive de estudantes com perfis socioeconômicos distintos³. No entanto, para além desses programas, que visam ao ingresso em universidades privadas, há medidas voltadas para as universidades públicas, que também têm contribuído com o aumento progressivo no número de vagas oferecidas a cada ano.

Um dos exemplos mais relevantes desse movimento de expansão da educação superior pública visualizado nas últimas décadas foi a criação e implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado em consonância com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE - Decênio 2001-2010), onde o MEC estabelece como uma de suas diretrizes a redução das taxas de evasão, a ocupação de vagas ociosas e o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno.⁴

A partir da implantação das medidas supracitadas, o crescimento da educação superior se intensifica, inclusive apresentando alterações no perfil do estudante ingressante, fenômeno identificado em processos de ampliação do acesso (NEAVE, 1998; ARRUDA, GOMES, 2012). No entanto, diante desse universo de estudantes universitários, convém destacar que parcela significativa não prossegue com o curso iniciado, o que, por sua vez, promove alterações nos índices do fenômeno da evasão.

Partindo do pressuposto de que um dos papéis principais da universidade é o de qualificar seus estudantes, preparando-os para o exercício profissional com a devida competência que deve ser adquirida durante o período em que se encontram no sistema de

educação superior, ainda levando em conta que a prestação de contas do uso dos recursos públicos é medida usual em sociedades democráticas, torna-se preocupante o fato de uma parcela dos estudantes não concluírem seus cursos, especialmente nas universidades públicas.

A inclusão da evasão nas instituições de educação superior como pauta da agenda política do Ministério da Educação (MEC) ocorre em 1995, conforme informações de Kipnis (2000):

Ao que tudo indica, a evasão nas universidades brasileiras entrou para a agenda das preocupações governamentais com a educação superior a partir do “Seminário sobre evasão nas universidades brasileiras”, organizado pela SESU/MEC, em fevereiro de 1995 [...]. (KIPNIS, 2000, p. 110)

A partir da realização do Seminário sobre evasão em fevereiro de 1995, o MEC, através da Secretaria de Educação Superior (SESu), instituiu em março daquele ano a “Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras”, configurando-se como um dos primeiros esforços para identificar as causas do fenômeno da evasão no Brasil e sugerir medidas para minimizar os índices observados nas instituições de educação superior públicas, partindo de uma uniformização do processo de coleta e tratamento de dados.

A criação da Comissão foi definida por seus membros como um trabalho pioneiro e inovador, tendo como um dos propósitos contribuir para o autoconhecimento do processo de evasão pelas instituições.

Em relatório apresentado já no ano posterior a sua criação, a Comissão definiu o processo de evasão como um fenômeno complexo, presente nas mais diversas instituições de ensino superior do mundo, apontando para o aumento do número de estudos que tratam desse processo, os quais demonstravam a existência de características similares entre as instituições:

A evasão de estudantes é fenômeno complexo, comum às instituições universitárias no mundo contemporâneo. Exatamente por isto, sua complexidade e abrangência vêm sendo, nos últimos anos, objeto de estudos e análises, especialmente nos países do Primeiro Mundo. Tais estudos têm demonstrado não só a universalidade do fenômeno como a relativa homogeneidade de seu comportamento em determinadas áreas do saber, apesar das diferenças entre as instituições de ensino e das peculiaridades sócio-econômico-culturais de cada país. (BRASIL, 1996, p. 13)

O relatório também apresentou as discussões ocorridas em reunião do grupo realizada em abril de 1995, apontando a necessidade de investigação das causas gerais e específicas do fenômeno da evasão, especialmente considerando, que naquele momento, a média das universidades públicas apresentava percentuais em torno de 50%. Além disso, o documento também trouxe algumas sugestões para minimizá-lo, tendo como meta diminuir a taxa de evasão para percentuais em torno de 20%. Com esta finalidade, apresentaram-se algumas experiências que já vinham influenciando na redução desses índices, como: a extinção da segunda opção no Concurso Vestibular pela UNICAMP; o papel da Fundação Universitária Mendes Pimentel da UFMG, que fazia trabalho de apoio ao estudante, concedendo bolsas e orientando os alunos; os Cursos Cooperativos, resultantes de convênios entre Universidade e Empresa, a exemplo de várias universidades inglesas, que desenvolvem em três quadrimestres do ano, cursos de engenharia intercalando períodos acadêmicos e de estágio nas empresas. (BRASIL, 1996)

Após as iniciativas do MEC, percebeu-se maior preocupação de gestores em proporcionar condições para os estudantes permanecerem com rendimento acadêmico satisfatório em seus cursos e, conseqüentemente, concluírem o ciclo, chegando ao processo de diplomação. Ainda, considerando que foi após 1995 que se deflagra, com mais intensidade, o

processo de expansão da educação superior no Brasil (REAL, 2007; GOMES, MORAES, 2012, OLIVEIRA, 2007). Informação esta que pode ser ratificada se levada em consideração a elevação do número de estudos locais que tomaram a evasão na educação superior como objeto de pesquisa, publicados no período posterior ao estudo divulgado pela Comissão, que buscaram, sobretudo, entender a dimensão e as causas do processo em instituições específicas, conforme pode ser constatado ao acessar a base de dados *Scientific Electronic Library Online – SciELO*⁵. Buscando o termo “evasão”, em pesquisa realizada em março de 2014, obtivemos como resultado a localização de 51 artigos com relação direta com a educação, e, destes, 25 estavam relacionados à educação superior, sendo que apenas um foi publicado em período anterior a 1996.

Nesse contexto, essa temática passou a fazer parte das discussões entre os integrantes do Fórum de Pró-Reitores de Graduação (FORGRAD) nos encontros realizados anualmente, estendendo aos pró-reitores de graduação das IFES a proposta de assumirem o compromisso com a identificação e compreensão do referido processo, assim como o chamamento para a tomada de decisões para seu controle.

Posteriormente, no ápice do movimento de expansão da educação superior pública da última década, algumas medidas importantes foram criadas no âmbito nacional. Tendo como um dos objetivos garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) criou em 2007 o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o qual foi elevado à política governamental ao ser instituído, pelo MEC, por meio do Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010.

Tal medida é considerada importante fator de intervenção acadêmica diante do processo de expansão da educação superior, sendo que pode ser fundamentada a partir da análise de estudos realizados por universidades federais, onde evidencia-se que aqueles estudantes que recebem apoio institucional apresentam maior probabilidade de concluir o curso iniciado (ADACHI, 2009; VARGAS, 2011).

Nesse sentido, as políticas de assistência estudantil passaram a ser vistas como um mecanismo eficaz no controle da evasão. A exemplo disso, com a criação de um novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, estabeleceu-se como uma das metas “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta”. E, dentre as estratégias para se alcançar tal objetivo, com vistas a favorecer o sucesso acadêmico dos estudantes, previu-se uma ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior.

Numa perspectiva contemporânea, em consonância com a meta do PNE exposta acima, esta questão tem sido discutida e apontada como medida privilegiante para a criação e implementação de novas políticas que favoreçam a permanência dos estudantes em seus cursos.

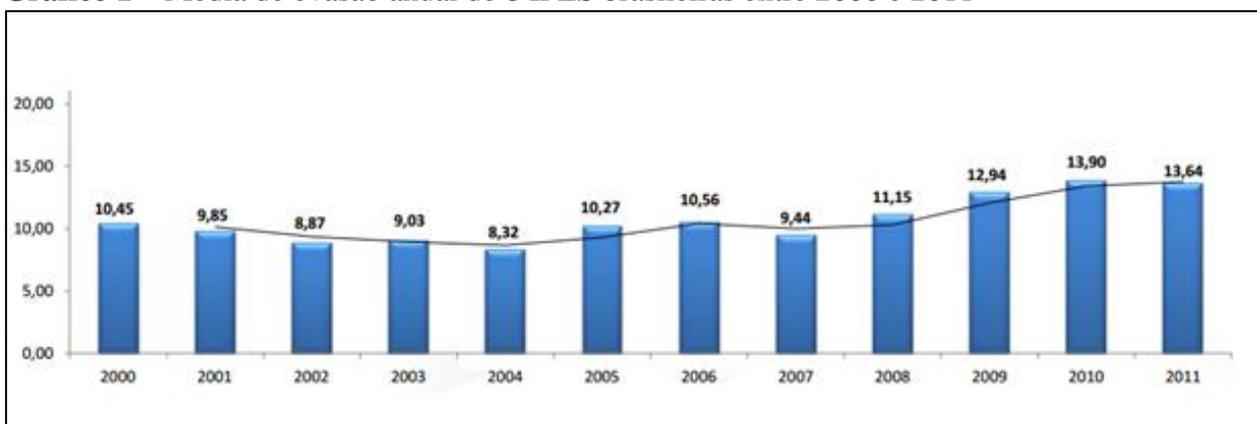
A exemplo disso, o governo brasileiro criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEst), por meio da Portaria Normativa nº 25, de 29 de dezembro de 2010. O PNAEst foi criado apenas 5 meses após o PNAES, explicitando a importância das medidas públicas na destinação de recursos federais para programas assistenciais. No entanto, o PNAEst vincula as IES estaduais a aderirem ao SiSU⁶ (Sistema de Seleção Unificada), que se constitui em outra ação federal que busca facilitar o acesso à educação superior.

Mais recentemente, a SESu/MEC instituiu o Grupo de Trabalho para Estudos sobre Evasão Acadêmica, por meio da Portaria nº 125, de 18 de julho de 2012, que tinha entre outras atribuições a sistematização do panorama da evasão nas Instituições Federais de

Educação Superior (IFES) e a proposição de medidas de combate à evasão, composto de representantes da SESu/MEC e Pró-Reitores de Graduação e de Planejamento das IFES.

Em estudo realizado, e divulgado por este grupo em agosto de 2013 no XXVI Encontro nacional de pró-reitores de graduação das universidades federais, integrantes do Fórum de Pró-reitores de Graduação (FORGRAD), apresentou-se o panorama geral da evasão e da retenção no ensino superior das IFES brasileiras. Foram fornecidas informações sobre os níveis de evasão em meio a implantação de diversas políticas públicas no ensino superior, analisando inicialmente o caso de 8 IFES brasileiras, sendo 3 delas da região sul, 4 do nordeste e 1 do centro-oeste⁷. Os resultados obtidos são expressos no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Média de evasão anual de 8 IFES brasileiras entre 2000 e 2011



Fonte: NUNES (2013), p. 20.

Apontando para uma tendência de estabilização dos índices em torno de 13%, conforme visualização nos últimos três anos do período analisado, discutiu-se entre os membros do grupo a importância do MEC como colaborador para a sistematização de estudos locais relacionados ao entendimento do processo de evasão, para a promoção de medidas concernentes à minoração do problema (NUNES, 2013).

Nesse sentido, o que se pode inferir é que as iniciativas do MEC para a contenção da evasão viabilizadas por meio de programas assistencialistas como o PNAES e PNAEst contribuíram com a estabilização das taxas de evasão em torno de 13%, especialmente em um período de forte expansão da educação superior. Portanto, é possível observar que as medidas assistencialistas interferem no processo de evasão. Se levar em conta que a Comissão instituída em 1995 apontava como meta diminuir os índices de evasão para 20%, os dados mais recentes, conforme apresentados no Gráfico 1, superam essa meta, na medida em que apresentam taxas em torno de 13%.

No entanto, os estudos de evasão, por meio da constituição de Comissão e de Grupo de Trabalho, apontam, além das medidas nacionais assistencialistas, para a necessidade de ações institucionais de caráter mais específico. Assim, tem-se que esse tipo de política, focalizada em medidas assistencialistas é apenas um dos exemplos de mecanismos que podem ser utilizados em favor do sucesso acadêmico, conforme já apontado no relatório da Comissão instituída em 1995. Nesse sentido, na próxima seção serão abordadas medidas indicadas como minimizadoras desse fenômeno no âmbito institucional.

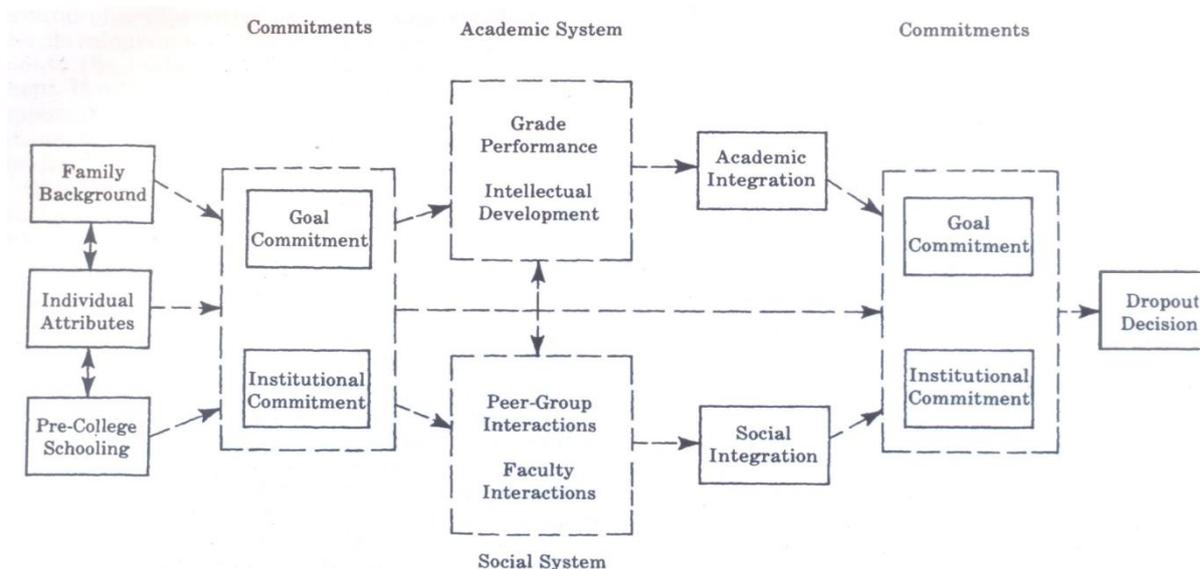
Medidas minimizadoras da evasão estudantil no âmbito institucional

Por ser um processo complexo, a evasão estudantil está relacionada a diversos fatores intervenientes, o que não pode ser solucionada em ações gerais e focalizadas a apenas uma variável, mesmo que seja aspecto preponderante, considerando a alteração no perfil dos estudantes universitários nos últimos anos (RISTOFF, 2013).

A evasão, embora ocorra em instituições que apresente características similares, também tem causas distintas, envolvendo questões econômicas, culturais, políticas e mesmo pedagógicas, condicionadas inclusive às ações de gestão institucional, dependendo de adoção de medidas para o entendimento e o controle do processo.

Em estudo publicado em 1975, Vincent Tinto, especialista em estudos sobre evasão acadêmica, propõe a análise do fenômeno como um processo longitudinal das interações entre o indivíduo e os sistemas acadêmico e social. Para chegar à decisão de permanência ou de desistência de um curso, o estudante passaria por um longo percurso de interações. O autor inseriu suas concepções em modelo conceitual, reproduzido abaixo:

Figura 1: - Esquema conceitual de evasão estudantil – “Modelo de Tinto”



Fonte: TINTO, 1975, p. 95.

Levando em consideração o modelo exposto na Figura 1, constata-se que, mesmo antes de ingressar no sistema de educação superior, o estudante possui características próprias que influenciarão sua vida acadêmica. Dentre elas podem ser citadas a influência familiar, a escolaridade anterior e suas capacidades e habilidades, as quais poderão desencadear a decisão de sair do sistema em dois percursos principais. No primeiro deles, o compromisso do estudante em atingir as próprias metas repercutirá em seu desenvolvimento intelectual e desempenho acadêmico, que por sua vez, atrelado às questões de integração acadêmica, levam a novos níveis de compromisso e contribuem com a decisão de permanecer ou não no curso ou sistema. No segundo percurso, não desvinculado do primeiro, os compromissos do estudante com a instituição determinarão os níveis de interação com o grupo do mesmo curso, de toda a esfera acadêmica e mesmo com a comunidade externa à universidade, influenciando também sobre a decisão de permanência ou de evasão.

Nesse contexto, Tinto (1975) considera necessário os gestores conhecerem as expectativas educacionais dos indivíduos que adentram ao sistema de educação superior, a fim de ampliar o entendimento e controle do processo de evasão.

Portanto, para a presente investigação busca-se verificar a dimensão e o tratamento dado ao fenômeno da evasão em contexto institucional. Para tanto, julga-se conveniente analisar aspectos relativos ao referido processo. Nesse sentido, destaca-se estudo realizado pela Universidade de São Paulo (USP).

A USP foi criada em 1934, durante o governo Vargas, com a junção das Faculdades de Direito, Medicina, Farmácia e Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Escolas Politécnica e Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, que já existiam na época de sua criação⁸. Uma das grandes contribuições desta instituição para a educação superior brasileira foi a sobreposição apresentada, nas regiões mais desenvolvidas do país, do modelo antigo de universidade voltado para a formação profissional com o modelo de universidade de pesquisa. Assim, a USP desde seu início vem contribuindo para o alargamento do horizonte intelectual da formação universitária e ampliação do acesso ao ensino superior. (SAMPAIO, 1991)

Nesse sentido, destaca-se o estudo intitulado “Acompanhamento da trajetória escolar dos alunos da Universidade de São Paulo ingressantes de 1995 a 1998”, divulgado em 2004. A finalidade do referido estudo foi “contribuir para o aprimoramento da Gestão Acadêmica, subsidiando intervenções potencialmente capazes de minorar o problema da evasão e de iluminar alternativas para o acolhimento dos alunos ingressantes, propiciando um vínculo mais forte com o curso e com a universidade” (OLIVEIRA et al., 2004, p. 9). A pesquisa teve embasamento em investigações já realizadas naquela universidade, tais como: o Projeto “Tempo Zero”, desenvolvido pelo Núcleo de Apoio aos Estudos da Graduação (NAEG), em 1993, e as pesquisas “Acompanhamento da Trajetória Escolar e Profissional dos Alunos do Curso de Pedagogia da FEUSP: 1993-2002” e “Ingresso, Trajetória e Destino Profissional de Pós-Graduados do Programa de Pós-Graduação em Educação da FEUSP”, desenvolvidas na Faculdade de educação da USP.

A metodologia utilizada pelos pesquisadores para a investigação abarcou três etapas: na primeira delas, investigou-se através dos bancos de dados da FUVEST e do sistema acadêmico da USP a situação escolar dos alunos ingressantes entre 1995 e 1998 ao final do ano de 2002, dividindo-os em três grupos distintos, quais sejam, os formados, os ainda no curso, em permanência prolongada e os evadidos; na segunda etapa, realizou-se entrevistas semi-dirigidas com uma amostra de cada grupo, objetivando-se a obtenção de informações mais detalhadas dos motivos que levaram a estarem nas condições especificadas na etapa anterior; por fim, na terceira etapa, organizaram-se grupos focais com sub-amostras dos grupos investigados nas etapas anteriores, para uma discussão mais aprofundada dos resultados já obtidos.

Considerou-se como evadido o aluno desligado de um dado curso, não importando se o mesmo saiu da instituição ou migrou para outro curso da USP. Oliveira et al. constataram que houve uma queda no índice geral de evasão da universidade, tendo como referência o tempo ideal de conclusão⁹. Os índices observados para o período de estudo foram: 32% em 1995, 29% em 1996, 27% em 1997 e 22% em 1998. Entretanto, a queda observada não foi acompanhada de aumentos no número de concluintes em tempo ideal, mas de uma elevação do número de estudantes em permanência prolongada. Portanto observa-se que além da evasão há a retenção, que se constitui como outro problema a ser enfrentado pelos gestores institucionais.

Outro resultado importante foi a constatação de que o maior percentual de evadidos (58%) foi observado no primeiro ano do curso, especialmente no primeiro semestre (44%). Dos estudantes evadidos no 1º semestre do curso, a maior parte proveio da área de humanas

(48,4%). Ainda, a evasão no período noturno foi maior que nos demais períodos, mediando em torno de 35,3%.

O perfil do maior percentual de estudantes evadidos, em torno de 20,4%, foi de alunos trabalhadores, mais velhos e com menos vínculos com colegas e professores da universidade, levando os autores a considerarem que o relacionamento mais próximo com colegas de curso poderia ser uma maneira de o aluno estabelecer vínculos que facilitassem sua permanência no mesmo. Este resultado vem ao encontro às considerações de Tinto (1975), quando compara a evasão à Teoria do Suicídio de Durkheim. Segundo esta teoria, o suicídio individual ocorre com uma maior probabilidade quando os indivíduos não estão integrados suficientemente no meio social (DURKHEIM, E. apud TINTO, 1975). E, para o autor, da mesma forma, comparando o sistema universitário com o meio social, pode-se considerar o abandono daquele sistema análogo ao suicídio. A falta de integração no sistema social da universidade leva ao baixo compromisso com este sistema e, conseqüentemente, aumenta a probabilidade da decisão de sair do sistema e buscar atividades alternativas.

Com essa concepção, os autores fizeram algumas constatações importantes após análise do caso daqueles alunos que obtiveram êxito estudantil, os quais concluíram o curso iniciado dentro do tempo considerado ideal.

Algumas questões relativas ao período anterior ao ingresso e durante a realização do curso foram ressaltadas por esses alunos nas entrevistas e grupo de discussão. O fato de estar bem informado em relação às características gerais do curso pretendido, inclusive com orientações sobre a posição profissional que poderiam obter após a conclusão, foi destacado como fator favorável para a escolha do mesmo.

Com a mesma importância, os vínculos de amizade criados, sobretudo naqueles cursos que possibilitam à manutenção dos mesmos alunos em anos seguidos, e a integração com os professores, embora dificultada pela organização do curso em regime de crédito ou matrículas por disciplinas, foram outros fatores avaliados como relevantes para o sucesso acadêmico.

O status da USP também foi destacado pelos estudantes como aspecto favorável à permanência e conclusão do curso.

Entretanto, as considerações desses alunos não se restringiram a avaliações positivas. Eles também fizeram alguns destaques com relação aos aspectos negativos, condicionantes de maior probabilidade de abandono acadêmico. Apontaram que a dinâmica do curso e suas exigências, bem como o desinteresse e falta de atenção dos professores e instituição com os alunos ingressantes, são fatores intervenientes para o sucesso ou insucesso acadêmico. Com o mesmo enfoque, demonstraram suas insatisfações com questões relativas à adaptação na instituição, aos pré-requisitos do curso que dificultaram o acompanhamento e à infra-estrutura dos cursos, especialmente relacionadas à assiduidade dos professores, o cumprimento dos horários de aulas e a falta de docentes.

Aos professores, as principais críticas enfatizadas foram: baixa expectativa do docente para com o aluno; falta de preocupação em estabelecer diálogos entre os cursos; abuso de autoridade e intimidação de estudantes; condutas antiéticas; e inconsistência do conteúdo lecionado com o programa do curso.

Oliveira et al. discutiram as interações entre alunos e dos alunos com professores como uma motivação significativa para a permanência no curso e sua conclusão, inclusive influenciando em alguns casos o direcionamento da carreira profissional. Assim, apontaram o envolvimento do aluno com projetos de pesquisa como uma possível ação para contribuir na diminuição dos índices de evasão e de retenção na USP, haja vista que estes estudantes estabelecem um relacionamento mais próximo com a instituição e professores.

A partir desses resultados, os autores apresentaram algumas sugestões possíveis de serem utilizadas como modo de maximizar as possibilidades de conclusão do curso em tempo ideal pelos estudantes. As propostas foram: realizar uma recepção aos alunos que se preocupe

em orientá-los a respeito da dinâmica de trabalho na universidade e do que se espera dos alunos, facilitando a transição entre o ensino médio e o superior; o envolvimento com colegas que poderia promover atuação como um aspecto positivo no desenvolvimento do curso. Ainda, a promoção de programas de tutores, que orientam e acompanham os alunos ao longo do curso; melhoria do relacionamento inter-unidades e criar possibilidades de avaliar os docentes dos cursos.

Se levadas em consideração às concepções de Tinto (1975), quando detectam a importância da instituição no reconhecimento das expectativas do aluno e no estímulo à integração ao ambiente universitário, verifica-se que a análise deste autor e os resultados obtidos no estudo de Oliveira et al. convergem para o entendimento da evasão como um processo dinâmico. Com esse parâmetro, Oliveira et al. concluíram que a evasão resulta da ação conjunta de vários fatores e que caberia à instituição a adoção de medidas que favorecessem o sucesso acadêmico.

O relatório aqui analisado apresentou indicações de possíveis ações a serem consideradas no âmbito institucional, com vistas a contribuir com o aumento das possibilidades de êxito pelos estudantes, quais sejam: acompanhar de modo mais próximo os alunos no primeiro ano, que correspondem aqueles com maiores chances de abandonar o curso. Os autores explanaram que este mecanismo tem sido utilizado por universidades norteamericanas e europeias através de recepção, acolhimento e orientação inicial dos estudantes, inclusive com efeitos positivos na permanência estudantil; melhorar o material explicativo produzido para cada curso, bem como sua distribuição, além de desenvolver programas junto às escolas de ensino médio para que os alunos conheçam melhor a instituição e seus cursos; diferenciar estudantes *full-time* (com dedicação integral à universidade), que correspondem ao tipo ideal da universidade, dos estudantes *part-time* (com dedicação parcial à universidade), para que seja realizada a necessária intervenção diferenciada, dependendo do tempo disponibilizado pelo aluno à universidade; e compreender melhor as motivações dos alunos que ingressam na instituição com outro curso superior já concluído.

As sugestões levantadas pelos autores a partir da realização dos grupos focais foram: pensar em bolsas de estudo que não exigissem como contrapartida a realização de tarefas e trabalhos para além daqueles já demandados pelo curso, no caso de cursos em período integral; pensar em um processo de ingresso e trajetória no curso que permitisse atender os objetivos de uma complementação de estudos ou de uma formação geral de modo alternativo, no caso dos alunos que já possuem outro curso superior; analisar as demandas feitas aos alunos de cursos noturnos e sua viabilidade para alunos trabalhadores.

De forma geral, pode-se observar que as pesquisas sobre evasão estudantil já publicadas apresentam um conjunto de medidas a serem implementadas pelas instituições que podem, se implantadas, de fato contribuir com a diminuição da problemática da evasão. No entanto, o processo para a sua implementação é tão complexo quanto o seu conhecimento e monitoramento, considerando as contradições e as diversidades que compõem o ambiente acadêmico e universitário.

Diante deste contexto, o problema da evasão recai sobre os mecanismos de gestão institucional. Portanto, as intervenções e alternativas para controle da evasão estudantil dependem do aprimoramento da gestão acadêmica, assim como o aprimoramento da gestão acadêmica perpassa a definição de intervenções e alternativas capazes de controlar a evasão estudantil no contexto das instituições de educação superior.

Notas:

¹ Números calculados a partir dos dados das Sinopses estatísticas do Censo da Educação Superior, disponíveis no site www.inep.gov.br. Acesso em 22 ago. 2014;

² Destaca-se que o Brasil participou da Conferência Mundial de Educação, realizada em Jontiem no ano de 1990, sendo signatária da premissa: educação para todos e ao longo da vida. Ainda corroborada nas Conferências Mundiais de Educação Superior realizadas, em Paris, nos anos de 1998 e 2008 (SPELLER, 2013);

³ Contribui, também, nesse processo a adoção da Lei de Cotas, Lei nº 12.711/2012;

⁴ Inciso I do Artigo 2º do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI;

⁵ O *site* da SciELO é parte do Projeto FAPESP/BIREME/CNPq. Para mais informações acessar o seguinte endereço eletrônico: <<http://www.scielo.br/>>;

⁶ Segundo consta no site o MEC, o SiSU é um “sistema informatizado gerenciado pelo MEC no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)”. Para maiores informações ver: <<http://sisu.mec.gov.br/>>. Acesso realizado em 10 mar. 2014;

⁷ As IFES utilizadas na pesquisa de Nunes (2013) foram: UFSM, FURG, UNIPAMPA, UNIVASF, UFFS, UFCG, UFRN e UNB;

⁸ Informação extraída no site da USP. Para maiores informações ver: <<http://www5.usp.br/39012/com-auxilio-das-unidades-site-reune-memoria-dos-80-anos-de-usp/>>. Acesso realizado em 21 ago. 2014;

⁹ O tempo ideal foi definido pelos autores como o tempo mínimo necessário para a conclusão do curso.

Referências bibliográficas

ADACHI, A. A. C. T. **Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais**. 2009. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação). FaE/UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

ALMEIDA, L., et al. Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. **Avaliação**, Campinas, SP, v. 17, n. 3, p. 899-920, nov. 2012.

ARRUDA, A.L.B., GOMES, A.M. Democratização do acesso a educação superior: o REUNI no contexto da prática. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 35., 2012, Porto de Galinhas. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPED, 2012.

BALL, S. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**. São Paulo, v.1, n.2, p. 99-116, jul/dez 2001.

BRASIL. Censo da Educação Superior 2006-2012. Brasília, DF: INEP/MEC.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 08 abr. 2014.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 08 abr. 2014.

_____. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. Relatório da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. Brasília, DF: ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1996.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 30 out. 2013.

_____. Portaria Normativa nº 25, de 28 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais - PNAEST. Brasília, DF: CM Consultoria, 2010. Disponível em: <<http://www.cmconsultoria.com.br/imagens/diretorios/diretorio14/arquivo2886.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

_____. Projeto de lei nº 8.035/2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/831421.pdf>. Acesso em: 30 out. 2013.

CHESNAIS, F. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

GOMES, A.M.; MORAES, K. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 33, n. 118, p. 171-190, jan./mar. 2012.

KIPNIS, B. A pesquisa institucional e a educação superior brasileira: um estudo de caso longitudinal da evasão. **Linhas Críticas**. Brasília, v. 6, n. 1, p. 109-130, jul./dez. 2000.

NEAVE, G. The evaluative state reconsidered. **European Journal of Education**, Paris, v. 33, n. 3, 1998.

NUNES, R. C. Panorama Geral da Evasão e Retenção no Ensino Superior no Brasil (IFES). In: XXVII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Graduação, **Painel...** Recife: FORGRAD, 2013. Disponível em: <<http://www.forgrad.com.br/apresentacoes/dia1/2013%20-%20Painel%20Forgrad%20Agosto%20-%20Evasao.pdf>>. Acesso em 29 jun. 2014.

OLIVEIRA, R. P. et al. Acompanhamento da trajetória escolar dos alunos da Universidade de São Paulo ingressantes de 1995 a 1998. **Relatório final de pesquisa**. Universidade de São Paulo, set. 2004.

_____. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100, p. 661-690, out. 2007

_____. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**. Campinas, v.30, n.108, p. 739-760, out. 2009.

RISTOFF, D. Perfil socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do ENADE (2004 a 2009). **Cadernos do GEA: nº 4**. Rio de Janeiro: FLACSO: GEA: UERJ, 2013.

ROBERTSON, S. L. O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado?. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.14, n.42, p. 407-422, set./dez. 2009.

SAMPAIO, H. Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990). **Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo**, Documento de Trabalho 8/91, São Paulo, p. 1-32, 1991.

TINTO, V. Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research. **Review of Educational Research**, Washington, v. 45, n. 1, p. 89-125, Winter, 1975.

TORRES, Rosa María. **Educação para todos: a tarefa por fazer**. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

VARGAS, M. L. F. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação**, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 149-163, mar. 2011.